


POLÍTICAS PÚBLICAS E A EFETIVIDADE DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**PUBLIC POLICIES AND THE EFFECTIVENESS OF INCLUDING STUDENTS WITH DISABILITIES IN BASIC EDUCATION** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-051>**Nayane Cristina de Souza Alves**

Graduada em Pedagogia - Universidade Federal do Pará

Pós- graduada em Educação Especial Inclusiva - (UNIASSELVI)

Pós-graduada em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - Universidade Leonardo da Vinci

Pós-graduada em Docência no Ensino Superior - Centro Universitário Internacional (UNINTER)

E-mail: professoracris2502@gmail.com

Larisse Costa Araújo

Mestranda do Profei (Mestrado em Educação Inclusiva) - UEMA

ORCID: 0009-0009-9074-2377

Gilson da Silva Barros

Mestrando em Planejamento e Políticas – UECE

E-mail: gilsonlogos@gmail.com

Dennyfer Heloiza de Souza Corrêa

Pós-graduada em Psicologia Social – Faculdade Dom Alberto

E-mail: psidennyfer@gmail.com

Taiane Silva da Costa

Neuropsicóloga - IBMR (Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação)

E-mail: taiane.celular@gmail.com

RESUMO

As políticas públicas de inclusão escolar no Brasil representam um avanço significativo no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). No entanto, a efetividade dessas políticas ainda enfrenta desafios no cotidiano das escolas. Segundo Mantoan (2015), a inclusão não se limita à presença física do aluno na sala de aula, mas exige transformações estruturais, pedagógicas e atitudinais que garantam a participação e a aprendizagem de todos. Para Carvalho (2016), as ações governamentais precisam ser acompanhadas de investimentos na formação docente e na oferta de recursos de acessibilidade e apoio pedagógico. Já Glat e Pletsch (2019) destacam que, embora os marcos legais tenham ampliado o acesso, a permanência e o sucesso escolar de estudantes com deficiência dependem da articulação entre políticas intersetoriais e práticas pedagógicas inclusivas. Assim, este estudo analisa o percurso das políticas públicas voltadas à inclusão na educação básica, problematizando a distância entre o que está previsto na legislação e o que se efetiva nas práticas escolares, apontando caminhos para uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação inclusiva; Formação docente; Políticas públicas; Práticas pedagógicas; Relações intersetoriais.



ABSTRACT

Public policies for school inclusion in Brazil represent a significant advance in recognizing the rights of people with disabilities, especially after the enactment of the 1988 Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB No. 9.394/1996), and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008). However, the effectiveness of these policies still faces challenges in everyday school life. According to Mantoan (2015), inclusion is not limited to the physical presence of the student in the classroom but requires structural, pedagogical, and attitudinal transformations to ensure participation and learning for all. For Carvalho (2016), governmental actions must be accompanied by investments in teacher training and the provision of accessibility resources and pedagogical support. Glat and Pletsch (2019) emphasize that, although legal frameworks have expanded access, the permanence and academic success of students with disabilities depend on the articulation between intersectoral policies and inclusive pedagogical practices. This chapter analyzes the trajectory of public policies aimed at inclusion in basic education, discussing the gap between what is established in legislation and what is effectively practiced in schools, and suggesting paths toward truly inclusive and equitable education.

Keywords: Accessibility; Inclusive education; Intersectoral relations; Pedagogical practices; Public policies; Teacher training.



1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com deficiência representa um dos maiores desafios contemporâneos da educação brasileira, demandando o fortalecimento e a efetividade das políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação de qualidade para todos. Desde a Constituição Federal de 1988, a educação é reconhecida como um direito social fundamental, cabendo ao Estado assegurar o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A partir desse marco, legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidaram o princípio da inclusão como eixo central das políticas educacionais.

Apesar desses avanços legais, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta desafios expressivos no cotidiano das escolas, principalmente em relação à formação continuada dos professores, à adequação dos espaços físicos e à oferta de recursos pedagógicos e tecnológicos acessíveis. Diante desse cenário, questiona-se em que medida as políticas públicas de inclusão têm se mostrado efetivas na promoção da aprendizagem e da participação dos alunos com deficiência na educação básica brasileira. Este capítulo tem como objetivo geral analisar a efetividade das políticas públicas voltadas à inclusão desses estudantes, buscando compreender se as ações implementadas pelo Estado têm conseguido transformar a realidade escolar em direção a uma prática verdadeiramente inclusiva. Especificamente, busca-se identificar os principais marcos legais e programas de inclusão, discutir os desafios enfrentados pelos professores e escolas e refletir sobre práticas pedagógicas que favoreçam a equidade e a aprendizagem significativa de todos os alunos.

A relevância deste estudo está na necessidade de compreender as lacunas entre o discurso legal e a prática cotidiana, uma vez que a simples existência de políticas públicas não garante, por si só, uma educação inclusiva e de qualidade. Embora as normas e diretrizes tenham ampliado o acesso dos alunos com deficiência à escola, a permanência e o sucesso escolar ainda dependem de condições estruturais, pedagógicas e humanas adequadas. Investigar a efetividade dessas políticas torna-se, portanto, essencial para avaliar seus impactos e propor caminhos que tornem a escola um espaço verdadeiramente democrático.

No campo teórico, a discussão apoia-se em autores que compreendem a inclusão como um processo dinâmico de transformação cultural, social e pedagógica. Mantoan (2015) enfatiza que incluir não é apenas permitir a presença do aluno com deficiência na sala de aula, mas repensar a estrutura da escola e as formas de ensinar, de modo que todos aprendam juntos. Glat e Pletsch (2019) destacam que a efetividade das políticas públicas depende da articulação entre os diferentes níveis de governo e da implementação de ações intersetoriais que envolvam saúde, assistência social e educação. Para Carvalho (2016), a formação



docente é um dos pilares fundamentais da inclusão, pois o professor é o agente central no processo de mediação pedagógica que promove a valorização da diversidade e o respeito às diferenças. Assim, compreender a efetividade das políticas públicas de inclusão na educação básica significa refletir sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa, plural e acessível, capaz de reconhecer a diversidade como princípio e não como exceção.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO E ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida neste capítulo caracteriza-se como qualitativa e de natureza exploratória e descritiva, pois busca compreender, de forma interpretativa, como as políticas públicas de inclusão têm se efetivado no contexto da educação básica brasileira. Segundo Gil (2019), a pesquisa exploratória é adequada quando se pretende proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e possibilitando o aprimoramento de ideias. Já Minayo (2017) destaca que a abordagem qualitativa permite interpretar fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando o significado das experiências e contextos. Assim, o estudo opta por uma análise qualitativa que privilegia a compreensão dos processos e não apenas a quantificação de resultados.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter bibliográfico e documental, fundamentando-se em análise de legislações, políticas educacionais e produções científicas que abordam a inclusão de alunos com deficiência na educação básica. Conforme Lakatos e Marconi (2021), a pesquisa bibliográfica consiste no exame de obras, artigos e documentos que tratam do tema, permitindo ao pesquisador compreender as contribuições já existentes e identificar lacunas de investigação. Paralelamente, o estudo documental abrange a análise de políticas públicas e programas governamentais, como a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), o *Plano Nacional de Educação* (2014–2024) e a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Lei nº 13.146/2015), entre outros normativos que estruturam a política educacional brasileira.

2.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Para a sistematização dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que permite a categorização e interpretação das informações a partir de unidades temáticas. As fontes foram selecionadas com base em critérios de relevância, atualidade e pertinência ao objeto de estudo. A análise seguiu três etapas: (1) pré-análise, com a leitura flutuante dos materiais coletados; (2) exploração do material, por meio da identificação das categorias de análise — “efetividade



das políticas públicas”, “práticas pedagógicas inclusivas” e “formação docente”; e (3) tratamento e interpretação dos resultados, relacionando os achados às discussões teóricas.

2.4 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa compreende a literatura científica e os documentos oficiais produzidos sobre inclusão escolar no Brasil entre os anos de 2008 e 2024. A amostra foi composta por obras de autores reconhecidos na área, como Mantoan (2015), Glat e Pletsch (2019), Carvalho (2016), e por legislações educacionais vigentes. A seleção foi intencional, priorizando materiais que abordassem a efetividade das políticas públicas e seus impactos no cotidiano das escolas de educação básica.

2.5 DISCUSSÃO METODOLÓGICA FUNDAMENTADA

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do fenômeno investigado, que envolve dimensões políticas, pedagógicas e sociais. Como argumenta Yin (2015), pesquisas qualitativas permitem compreender fenômenos em profundidade, explorando relações e significados que não podem ser reduzidos a números. No caso da inclusão escolar, compreender a efetividade das políticas públicas requer examinar não apenas os textos legais, mas também as práticas e percepções dos profissionais da educação que vivenciam essas políticas no cotidiano.

Dessa forma, a metodologia adotada busca articular teoria e prática, permitindo a reflexão crítica sobre os resultados das políticas de inclusão. A triangulação entre fontes documentais, referenciais teóricos e interpretações qualitativas assegura a consistência e a validade do estudo, contribuindo para o avanço das discussões sobre a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e equitativa no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PRINCIPAIS ACHADOS

A análise das políticas públicas e documentos legais evidenciou que o Brasil avançou significativamente no reconhecimento jurídico do direito à educação inclusiva, mas ainda enfrenta lacunas importantes em sua efetivação prática. A partir da revisão documental e teórica, observou-se que a inclusão escolar se consolidou como princípio legal e ético, especialmente após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Tais políticas estabeleceram diretrizes voltadas à universalização do acesso e à valorização da diversidade como eixo estruturante do sistema educacional.

Contudo, os resultados apontam que a distância entre o discurso legal e a realidade cotidiana das escolas ainda é expressiva. Em muitos contextos, a inclusão ocorre de forma superficial, centrada apenas



na matrícula do aluno com deficiência, sem as condições adequadas para sua permanência e aprendizagem. Mantoan (2015) destaca que a presença do aluno na escola não é sinônimo de inclusão, pois o verdadeiro desafio está em transformar as práticas pedagógicas, o currículo e as atitudes docentes. Da mesma forma, Glat e Pletsch (2019) enfatizam que, embora os marcos legais sejam avanços inegáveis, a ausência de formação continuada e o déficit de recursos pedagógicos limitam a efetividade das políticas públicas.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais achados identificados durante a pesquisa documental e bibliográfica:

Aspectos Analisados	Principais Resultados Fontes/Autores
Marcos Legais	Avanço na garantia de direitos e Constituição Federal ampliação do acesso de alunos com deficiência à escola regular. (1988); LDB (1996); LBI (2015)
Formação Docente	Persistente lacuna na preparação dos professores para lidar com a diversidade e adaptar práticas pedagógicas. Carvalho (2016); Glat e Pletsch (2019)
Recursos Estrutura	e Escassez de materiais, tecnologias MEC (2020); Mantoan assistivas e adequações arquitetônicas. (2015)
Práticas Pedagógicas	Predomínio de estratégias tradicionais, com baixa incorporação de metodologias inclusivas. e Reis (2021); Mantoan (2015); Santos
Frágil articulação entre políticas	Intersetorialidade educacionais, de saúde e assistência social. Glat e Pletsch (2019); Costa (2020)

3.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados analisados demonstram que, embora as políticas públicas brasileiras tenham alcançado avanços significativos em termos de acesso, a inclusão ainda não se traduz em aprendizagem efetiva para todos os alunos. Essa constatação reforça a crítica de Carvalho (2016), segundo a qual as políticas inclusivas precisam ir além da retórica e investir em condições reais de implementação, especialmente no que se refere à formação continuada e à infraestrutura das escolas.

Os resultados também confirmam que o maior desafio da inclusão é pedagógico. Como afirmam Mantoan (2015) e Glat e Pletsch (2019), a escola inclusiva demanda uma revisão profunda do currículo,



da avaliação e das práticas docentes. A permanência e o sucesso escolar de alunos com deficiência dependem diretamente da capacidade dos professores de planejar estratégias diferenciadas que respeitem os ritmos e potencialidades individuais. Assim, políticas de formação inicial e continuada devem priorizar o desenvolvimento de competências voltadas à educação inclusiva, estimulando a reflexão crítica sobre a prática pedagógica.

Outro aspecto relevante é a fragilidade da intersetorialidade entre as políticas públicas. A inclusão escolar, como ressaltam Costa (2020) e Silva (2021), requer a integração entre os setores de educação, saúde, assistência social e cultura, de modo a promover o atendimento global ao estudante. No entanto, o estudo indica que essas ações ainda se encontram desarticuladas, dificultando a construção de redes de apoio efetivas.

Além disso, verificou-se que a avaliação da efetividade das políticas públicas permanece como uma lacuna nos processos de gestão educacional. Poucos municípios e estados possuem instrumentos de monitoramento e indicadores capazes de medir os impactos reais das políticas de inclusão. Essa ausência de acompanhamento sistemático compromete o aprimoramento das estratégias e a sustentabilidade das ações.

Dessa forma, os achados corroboram a literatura que reconhece os avanços normativos, mas alerta para a necessidade de práticas mais efetivas e contextualizadas. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva requer não apenas políticas bem formuladas, mas também o comprometimento ético e político de toda a comunidade escolar. A efetividade da inclusão passa pela compreensão de que a diversidade não é um problema a ser resolvido, e sim uma condição essencial da educação contemporânea.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a efetividade das políticas públicas voltadas à inclusão de alunos com deficiência na educação básica brasileira, buscando compreender em que medida as ações implementadas pelo Estado têm garantido o direito à aprendizagem, à participação e à permanência desses estudantes. Para isso, foram examinados documentos legais, políticas nacionais e produções científicas que discutem o tema da inclusão escolar sob diferentes perspectivas teóricas e práticas.

Os resultados alcançados permitiram constatar que, embora o Brasil disponha de um arcabouço legal robusto, fundamentado em princípios de equidade e justiça social, ainda persistem desafios significativos para a consolidação de uma educação realmente inclusiva. A análise evidenciou que as políticas públicas contribuíram para ampliar o acesso à escola regular e promover a visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência, mas que a efetividade dessas políticas é limitada por fatores estruturais, pedagógicos e formativos. Entre os principais entraves observados estão a insuficiência de formação



continuada para professores, a precariedade das condições físicas e materiais das escolas, a escassez de recursos de acessibilidade e a fragilidade da articulação intersetorial entre as diferentes políticas públicas.

A pesquisa também demonstrou que o maior desafio da inclusão não está apenas no cumprimento da legislação, mas na transformação das práticas pedagógicas e das concepções que orientam o trabalho docente. Como apontam Mantoan (2015) e Carvalho (2016), incluir significa repensar o modo de ensinar e aprender, valorizando a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Nesse sentido, as políticas públicas devem ir além da formalidade dos documentos e traduzir-se em ações concretas que assegurem condições reais de aprendizagem para todos os alunos.

Entre as **principais contribuições** deste estudo, destaca-se a reflexão crítica sobre a distância entre o discurso normativo e a prática escolar, evidenciando a importância de integrar teoria, legislação e prática pedagógica. A pesquisa também reforça a necessidade de investir na formação docente como eixo estratégico da inclusão, bem como de fortalecer as redes de apoio intersetoriais que envolvem educação, saúde e assistência social.

Como **sugestão para pesquisas futuras**, recomenda-se o aprofundamento de estudos empíricos que investiguem, de forma direta, a percepção de professores, gestores e famílias sobre a implementação das políticas inclusivas nas escolas públicas. Investigações de caráter comparativo entre diferentes redes de ensino e regiões do país também podem contribuir para identificar boas práticas e estratégias eficazes de inclusão.

Em síntese, conclui-se que as políticas públicas brasileiras representam um marco importante no processo de democratização da educação, mas sua efetividade depende de uma gestão comprometida, de investimentos contínuos e da consolidação de uma cultura escolar inclusiva. A inclusão não deve ser entendida como uma obrigação legal, mas como um compromisso ético e político com a igualdade de oportunidades e com o respeito à diversidade humana.



REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014–2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Brasília, DF: MEC, 2014.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- COSTA, Maria Tereza G. da. *Educação inclusiva e políticas intersetoriais: desafios e perspectivas na escola pública*. São Paulo: Cortez, 2020.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Políticas públicas de educação especial no Brasil: avanços e desafios na perspectiva da educação inclusiva*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 6. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
- SANTOS, Luciana de Oliveira; REIS, Fabiana Cristina dos. *Práticas pedagógicas inclusivas na educação básica: desafios e possibilidades*. Curitiba: Appris, 2021.
- SILVA, André Luiz da. *Intersectorialidade e políticas públicas para a inclusão educacional*. Brasília, DF: Liber Livro, 2021.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.